



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

16/03/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Governo decide antecipar 13º de aposentados do INSS

O governo Jair Bolsonaro (PL) quer antecipar o pagamento do 13º de aposentados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) para os meses de abril e maio.

A iniciativa faz parte de um pacote de medidas que deve ser anunciado pelo presidente e pelo ministro do Trabalho e da Previdência, Onyx Lorenzoni, na quinta-feira (17).

A liberação do 13º dos aposentados deve injetar R\$ 56 bilhões na economia, segundo cálculos internos do governo. Cada parcela representa cerca de R\$ 28 bilhões.

Os detalhes da operacionalização do pagamento ainda estão sendo fechados, mas fontes do governo estão confiantes de que é possível assegurar o repasse da primeira parcela já em abril. O desenho final ainda depende de acertos com o Ministério da Economia, que cuida do fluxo de caixa.

Ao todo, o governo espera que o pacote lançado tenha uma potência de aproximadamente R\$ 150 bilhões.

Também fará parte do anúncio a nova rodada de saques do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). Como mostrou a Folha, a medida pode beneficiar cerca de 40 milhões de trabalhadores, considerando o público potencial de trabalhadores que têm contas com saldo no fundo de garantia.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 16 de março.

Projeto que obriga cidadão a pagar perícia do INSS se perder a ação é aprovado na Câmara

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (15) projeto que determina que quem perder ações de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez deverá pagar os honorários das perícias médicas realizadas pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

O projeto foi aprovado em votação simbólica. Como houve mudanças, volta para o Senado.

O texto, relatado pelo deputado Hiran Gonçalves (PP-RR), muda completamente o projeto aprovado pelo Senado, de autoria do senador Sérgio Petecão (PSD-AC). A proposta original previa que o governo deveria pagar perícias já realizadas e as que ocorressem até 31 de dezembro de 2024. A regra valeria para ações em que o INSS figurasse como parte e que fossem de competência da Justiça Federal.

De acordo com o texto, a parte derrotada deverá pagar a perícia médica judicial realizada em ação que tenha o INSS como parte e que discuta a concessão de benefícios assistenciais à pessoa com deficiência ou auxílios previdenciários por incapacidade laboral —como auxílio-doença e aposentadoria por invalidez. A regra não se aplica a quem tem direito à gratuidade judicial.

O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), afirmou ter negociado com o senador Sérgio Petecão que as alterações feitas pelos deputados sejam mantidas. "Ele entendeu que é necessário para o INSS que novas regras sejam estabelecidas, que a gente possa avançar nessa questão da regulação do pagamento e aceitou essas emendas, estão acordadas com ele", afirmou.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 16 de março.

Aneel aprova novo empréstimo bancário de R\$ 10,5 bi ao setor elétrico; consumidor paga

O dinheiro será levantado junto a bancos públicos e privados. O financiamento, com cobrança de juros, será pago pelos consumidores de energia através de um novo encargo aplicado à conta de luz a partir de 2023.

Já a segunda parte – estimada, até o momento, em outros R\$ 5,2 bilhões – será para cobrir parte do custo da contratação emergencial de energia, realizada em leilão simplificado no ano passado e com período de fornecimento a partir de 1º de maio deste ano.

O financiamento será direcionado às distribuidoras de energia porque elas são consideradas o "caixa" do setor elétrico, ou seja, arrecadam os valores junto aos consumidores através da conta de luz e pagam os geradores e transmissores de energia.

Saiba mais em: G1, quarta-feira 16 de março.

Um terço das famílias têm dívida em atraso e inflação é principal causa, diz FGV

A inadimplência chega a 58% nas famílias com renda de até R\$ 2.100 e cai para 10% naquelas com ganhos acima de R\$ 9.600.

Na faixa de renda mais baixa, a dificuldade de conseguir emprego é apontada como principal fator que leva à inadimplência. Em todas as outras faixas estabelecidas na sondagem, a inflação aparece como principal problema.

Foram consultados 3.525 informantes consumidores, de 3 a 22 de janeiro.

Se forem considerados apenas os atrasos a partir de 30 dias, a falta de pagamento atinge 21% das famílias. É a maior taxa já registrada nas sondagens do Ibre realizadas desde 2012. Em 2018, por exemplo, estava em 14%.

Se for utilizado o crédito do sistema financeiro, que considera as dívidas atrasadas há mais de 90 dias, a inadimplência fica em 17,5% na faixa de renda mais baixa e em 1,8% na mais alta.

"Houve um aumento da desigualdade durante o ano de 2021. A gente teve interrupção do auxílio emergencial, há dificuldade de voltar ao mercado de trabalho, e o setor de serviços não voltou a contratar como a gente esperava", afirma Viviane Seda Bittencourt, coordenadora das sondagens do consumidor do FGV Ibre.

O valor total das dívidas aumentou de R\$ 258 bilhões para R\$ 260,7 bilhões. A Serasa está realizando um Feirão Limpa Nome emergencial até o dia 31 deste mês. Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 16 de março.

Inflação se espalha e 282 itens sobem de preço em fevereiro

A fatia de produtos e serviços que tiveram aumento de preços em fevereiro voltou a bater recorde histórico, atingido anteriormente em dezembro do ano passado. Dos 377 itens que compõem a inflação oficial do País medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), 74,8% registraram aumento em fevereiro, aponta levantamento da LCA Consultores. Em dezembro do ano passado, essa marca tinha sido atingida e era a maior desde o início da série em agosto de 1999.

"De novo o resultado se igualou a o recorde da série histórica, o que é preocupante", afirma Bruno Imaizumi, economista da LCA Consultores. Ele observa também que, quando se exclui os alimentos, que somam 168 produtos e é o maior grupo em número de itens do IPCA, 73% dos 209 itens restantes tiveram variação de preços acima de zero no mês passado. Esse resultado, com ajuste sazonal, também é uma marca histórica.

Entre os fatores que levaram a uma parcela de itens ter os preços majorados no mês passado, o economista aponta o desalinhamento das cadeias de produção no mundo todo provocado pela pandemia e as pressões de custos de muitas empresas relatando a escassez de matérias-primas. Além disso, com o avanço da vacinação e a reabertura dos serviços, a demanda que estava reprimida reapareceu. E isso ajudou a sancionar aumentos de preços dos prestadores de serviços.

Até o momento, a LCA projeta para a inflação em março uma alta de 0,99%, um índice ligeiramente menor do que o resultado de fevereiro, de 1,01%. Saiba mais em: A Tribuna, quarta-feira 16 de março.

Salário mínimo ideal para fevereiro é de R\$ 6.012,18

Segundo Paulo Guedes, no Brasil cada brasileiro tem dois iPhone, o que virou piada na internet, isso mostra que o ministro da economia não conhece o país, ainda mais quando o salário mínimo não chega nem perto do ideal para suprir as necessidades básicas.

Segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o salário mínimo em fevereiro deveria ser de R\$ 6.012,18. O valor é quase cinco vezes o atual, de R\$ 1.212.

Esse valor é para sustentar uma família de quatro pessoas no mês de fevereiro no Brasil, considerando com moradia, transporte, alimentação, saúde, educação, vestuário, higiene, lazer e previdência.

Voltando ao Paulo Guedes e à história do iPhone. O modelo mais recente lançado e na sua versão mais barata custa R\$ 6.374, ainda assim, se o salário mínimo ideal não paga um iPhone à vista.

O Dieese usa para o cálculo se baseia no preço da cesta básica mais cara do país, que em janeiro foi a da cidade de São Paulo que custa R\$ 715,65.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 13 de março.